

Transmissão de Cargo

(Discurso do Dr. José Maria Arantes)

O Dr. José Maria Arantes transmitindo o cargo de Diretor-Geral do D.A.S.P. ao Dr. Luís Vicente Belfort de Ouro Preto pronunciou o discurso que a seguir publicamos. *Empresta ênfase especial ao fato de que o D.A.S.P. deve continuar a ser o órgão de assessoramento do Presidente da República em assuntos de administração geral. Ressalta que a extinção ou a reforma do Departamento importam num retrocesso e desserviço à administração pública. A defesa da sobrevivência do órgão como fundamental para o futuro da administração e a luta pelo revigoramento da instituição que dirigiu — êle a fez como um apostolado. (Nota da Redação).*

* * *

DISCURSO DO DR. JOSÉ MARIA ARANTES

Senhor Diretor-Geral

Ao transmitir a V. Ex^a o cargo de Diretor-Geral do D.A.S.P., desejo inicialmente congratular-me com o Chefe do Governo. pela acertada escolha que fez ao nomear V. Ex^a para esta difícil, incompreendida e importante função.

No desempenho do cargo, fiel à minha formação democrática e atendendo às finalidades do D.A.S.P., dirigi-o de portas abertas.

As portas permaneceram abertas, a fim de que pudesse receber, não só a colaboração, que sempre entendi necessária, mas, igualmente, tôdas as críticas que tivessem sentido construtivo.

Sendo e devendo continuar a ser o D.A.S.P. o órgão de assessoramento do Presidente da República em assuntos de administração geral, não podia insular-se ou tornar-se impermeável aos problemas enfrentados pelas diversas entidades de administração

específica, assim como aos justos anseios do funcionalismo público.

Todavia, erraram aquêles que pensaram ser essa política de portas abertas indício de fraqueza ou de descrédito nos destinos da instituição.

Ela buscou, tão-sòmente, a criação de um "esprit de corps" em todo o serviço público, a fim de que os problemas de administração geral fòssem resolvidos com prudência, elevação e patriotismo, eliminados os atritos desnecessários. Se é certo que o D.A.S.P. não quer e não deve imiscuir-se em assuntos de outras repartições ou que devam ser resolvidos por outras autoridades, não menos certo é que não poderá assistir estático a interferências estranhas ou "capitis diminutio".

Jamais esmoreci na defesa das prerrogativas do D.A.S.P., não por um sentimento de vaidade pessoal, mas porque entendo que o prestígio e a autoridade são essenciais ao seu próprio funcionamento, em benefício do serviço público.

E os antecedentes históricos confirmam o acêrto dessa afirmativa. Sempre que os governos negaram prestígio às atividades do D.A.S.P. ou minimizaram suas atribuições, o prejudicado foi o serviço público federal, pelo recrudescimento do empreguismo e desuniformidade de decisões.

Esta posição de defesa, Sr. Diretor-Geral, tornará mais árduas as suas tarefas e sobrecarregará as suas responsabilidades, pois estou certo de que V. Ex^a empregará tôda a sua capacidade e tôda a sua autoridade na defesa do órgão de cuja direção-geral ora me afasto.

Sr. Diretor-Geral

Ser-me-ia grato dizer-lhe que lhe entrego o D.A.S.P. em clima de bonança. Não posso fazê-lo. Êste Departamento é a caixa de ressonância do Serviço Público. E a atual conjuntura tem carregado terríveis problemas para êste órgão.

Já constitui verdade sedição o fato de se agravarem e deteriorarem todos os aspectos da administração de pessoal quando o problema de salários está em crise. Nesta fase a ação fiscalizadora do D.A.S.P. tem de redobrar-se pois a tendência geral é a de serem desbordados os critérios equânimes de remuneração na luta, que se explica mas não se justifica, em que cada grupo se empenha na conquista de seu privilégio e de sua excepcionalidade.

Por outro lado, na iminência de se concretizarem algumas das etapas iniciais da reforma administrativa, configura-se a perspectiva de se mutilar e enfraquecer a ação do D.A.S.P. Tenho afirmado, sem reboços e eufemismos, que o enfraquecimento de

um órgão central de administração como o D.A.S.P. importa na deterioração do Serviço Público. Contudo dizer que se o D.A.S.P. não vence o caos criado fora de sua sombra, sem êle entramos rapidamente no apocalipse da administração pública.

Considero ainda manifesta falácia substituir denominações apenas ou se transferirem funções sob o pretexto ingênuo e irrealista de que com isso estamos reformando. Não foram as estruturas nem as instituições que fracassaram. O fracasso foi dos homens e assim a reforma terá no homem o seu objeto por excelência. Não aceito, antes repudio ardorosamente, a afirmação dos que apregoam o insucesso do D.A.S.P. É o diagnóstico simplista, feito de outiva. E que setores de administração não fracassaram? Quem estiver sem pecado... Quando numerosos países se engajam em reformas administrativas tendo como fulcro central a institucionalização e a integração da administração geral num órgão com os característicos do D.A.S.P., assistimos, entre contristados e perplexos, à tendência de solapar-se o D.A.S.P., num manifesto retrocesso e desserviço à administração pública.

Por isso tenho proclamado que o D.A.S.P. deve ser revigorado. Os catões que preconizam o "Delendum D.A.S.P." não se abonam com boas razões. O que os move é o espírito de campanário, é o ressentimento, quando não a ambição ao poder desmedido.

Se ao retirar-me do D.A.S.P. não posso invocar façanhas e performances para aureolar minha gestão, afasto-me quase vaidoso do que fiz. Extremei-me na defesa da idéia de que a sobrevivência deste Departamento é fundamental para o futuro da administração pública brasileira. Se não vislumbrei a vitória, no horizonte, armei barricadas para a luta.

Rejubilho-me também por ter praticado os melhores padrões de direção democrática. Em minha modesta vida de funcionário e cidadão a serviço do País, tenho-me denodado no desenvolvimento da idéia democrática, obstinando-me em praticar a democracia sem iludir-me ou iludir os outros quanto à falsa prática da democracia que se restringe apenas ao seu formalismo. Regozijo-me também por ter podido sentir ao vivo em que medida sua Excelência o Senhor Presidente da República me permitiu, para honra minha, exercitar em tôda plenitude o cumprimento de um dever democrático que é o de discordar. É próprio e essencial à democracia o clima da inconformidade. Aventurar-meia a dizer que nela os homens se medem pela capacidade de discordar. Não é outra a essência do reformismo democrático. Nesta oportunidade desejo tornar pública minha admiração e apreço ao Presidente Castelo Branco. A Sua Excelência, em cujo patriotismo, perseverança e sabedoria todos confiamos, devo

render meu preito de homenagem e de respeito pelo elevado espírito público e compreensão com que marcou suas relações com a Direção Geral do D.A.S.P.

Cumprimento Sua Excelência o Dr. Luís Vicente Belfort de Ouro Preto. Em suas mãos dignas e competentes o D.A.S.P. prosseguirá em seu destino a serviço do Brasil.

Ao empossar-me em outubro de 1964 no cargo de Diretor-Geral do D.A.S.P. manifestei minha esperança e confiança na equipe do D.A.S.P. Hoje, ao retirar-me, sobejam-me razões para proclamar que não me enganei e nem me decepcionei. Esta equipe é valorosa, eficiente, e tem-se mantido fiel ao espírito de servir à causa pública. Sou muito reconhecido pela eficiência, pelo coleguismo e pela solidariedade ao Chefe que ora os deixa.

Os daspeanos ainda constituem um grupo de vanguarda e dificilmente o seu ímpeto será quebrado. A cada um e a todos minha gratidão e meu aprêço.

* * *

O Dr. Luis Vicente Belfort de Ouro Preto na Direção Geral do D.A.S.P.

Ao ensejo da transmissão do elevado cargo de Diretor-Geral do D.A.S.P. ao Dr. Luís Vicente Belfort de Ouro Preto, pronunciou S. Ex^ª o discurso que abaixo transcrevemos. Peça segura, sóbria e direta como convém ao clima de austeridade instaurado no país, após 31 de março antecipou-se S. Ex^ª na fixação da tônica do que será a sua gestão nesse Departamento: a revalorização do elemento humano no serviço público. Mediante recrutamento eficaz, fixação de estímulos e perspectivas para a função pública, atração de elementos capacitados e reajustamento de servidores sem função definida — propõe assim o novo diretor o seu esquema de uma política de pessoal enérgica e sadia. (Nota da Redação).

* * *

DISCURSO DO NÔVO DIRETOR, DR. LUÍS VICENTE BELFORT DE OURO PRETO

Exm^º Senhor Ministro Interino da Saúde, Minhas Senhoras, Distintos colegas e amigos, meu prezado e eminente amigo Dr. José Maria Arantes:

Antes de tudo, quero cumprir o dever, que me é sumamente grato, de agradecer ao Dr. José Maria Arantes a belíssima oração

com que acaba de nos brindar. Devo acentuar que êste agradecimento não diz respeito, especialmente, às amáveis referências à minha pessoa. Eu as interpretei, apenas, como mais uma demonstração da fidalguia da sua formação e do seu espírito. Mas êste agradecimento, que se impõe para mim de forma inesperada, pois não tinha projetado ou sequer cogitado de focalizar êste assunto, refere-se, principalmente, aos brilhantes conceitos que acabam de ser expendidos pelo Dr. José Maria Arantes, relativos à posição que ao D.A.S.P. cabe ocupar no Serviço Público. *Data venia*, subscrevo, integralmente, as conclusões do meu brilhante antecessor.

Ressaltou o Dr. José Maria Arantes, sobretudo, que o D.A.S.P. não pode abdicar da sua posição normativa, sem que o caos venha a reinar na administração pública federal.

Sejam assim minhas primeiras palavras as que exprimam o decidido propósito de que não será abandonada a luta pela manutenção do prestígio do D.A.S.P. e pela defesa das funções que lhe compete exercitar. Nessa campanha terá êste Departamento um soldado possivelmente menos ardoroso e, de certo, menos capaz. Mais paciente, pela experiência da idade, dos dissabores e dos sofrimentos; pelo espírito de compreensão e de transigência que o serviço público exige, em certas circunstâncias. Mas soldado igualmente convicto do dever de defesa intemerata das atribuições que a Lei confere ao D.A.S.P.

Tenho conhecimento de que o Exm^o Senhor Presidente da República, pessoalmente, e também por escrito, já manifestou ao Dr. José Maria Arantes o seu alto aprêço e o seu reconhecimento pelos valiosos serviços prestados na direção dêste Departamento. Só me resta, neste particular, registrar que procurarei prosseguir no seu trabalho, se não com igual mérito e com igual proficiência, pelo menos com igual decisão de servir à causa do interesse público.

Devo ainda dizer que assumo a direção do D.A.S.P., neste momento, com os olhos voltados para o funcionalismo civil da União. Não acredito na Administração como máquina, fria e insensível, destinada a cumprir tarefas automáticas. Vejo a Administração como conjunto de elementos humanos, com aspirações, reivindicações, anseios, desejo de segurança e de progresso. Não creio que, sem o estímulo dessas legítimas aspirações, seja possível conseguir que funcionem os órgãos do Estado, cujo rendimento e eficiência, sem dúvida alguma, dependem da satisfação com que nêles trabalham os elementos humanos que os põem em ação.

Outro aspecto que considero imprescindível focalizar, neste momento, é o que se refere ao processo de formação dos quadros

do serviço civil. Datando de trinta anos, aproximadamente, a instituição no Brasil do sistema do mérito, verificamos que, neste momento, no serviço público, nas mais diversas atividades que êle requer e exige, nem cinco por cento talvez dos funcionários foram selecionados mediante provas, isto é, pelo sistema constitucional e democrático, do concurso público. E quando fazemos um exame de consciência honesto sobre essa situação, para que não se atire pedras a esmo, mas para que essas pedras caiam sobre as nossas próprias cabeças, se a elas se devem destinar — quando fazemos um exame de consciência desta natureza, verificamos que a culpa residiu, precipuamente, em vários aspectos negativos do próprio processo de recrutamento. Concursos sem objetividade, exigindo mais do que permite o grau de instrução reinante no país; concursos demorados na sua execução; falta de informação ampla e acessível aos candidatos sobre as possibilidades de emprego que lhes são oferecidas e sobre a época exata das provas. E o retardamento das nomeações para postos cujo preenchimento é imprescindível, conduz, pela necessidade premente do serviço, a um recrutamento em caráter precário que não atende às boas normas do processo de seleção. Dessa falha se originam as tabelas únicas, o pessoal temporário, o pessoal de recibo, a multiplicação de nomeações interinas e as efetivações desastrosas sob a pressão de numerosíssimo contingente de pessoal, que conseguiu ingressar no serviço público e aí permanecer, por dilatado período, em situação instável que não se procurou regularizar através do funcionamento eficiente do sistema de seleção por provas públicas. Isto pôsto, a primeira providência que me parece imperiosa é a revitalização dos concursos com provas objetivas, simples, que correspondam, exatamente, às funções a serem exercidas e que sejam compatíveis com os salários dos respectivos empregos. A administração pública, como qualquer empresa privada, comercial ou industrial, tem o dever indeclinável de abrir, periodicamente, oportunidades de trabalho às novas gerações que se vão apresentando, aproveitando em seus quadros os jovens com pendor para o serviço do Estado. Esta é a única fórmula para renovação dos quadros públicos. Mas isso só poderá ocorrer, quando forem oferecidas, de fato, perspectivas de situação satisfatória, de existência condigna, de progresso funcional, de êxito na carreira administrativa. Será inútil querer recrutar elementos qualificados, sem que tais condições sejam estabelecidas.

Vejo com muita preocupação o quadro atual do serviço público: os funcionários mais antigos, mais experientes, afastando-se seja pela inevitável contingência da morte, seja para o justo repouso da aposentadoria, ou mesmo à procura de outras atividades mais compensadoras. E a Administração vê-se, assim, cada vez

mais, despovoada de elementos capazes, sem poder aspirar à renovação, sem conseguir a formação de novos elementos em condições de bem servi-la. Parece-me que esse desfalque progressivo somente poderá ser remediado com a reabilitação do sistema do mérito pelo concurso, aliado a uma política salarial condigna.

A êste respeito e sem querer prejudicar a quem quer que seja, pretendo também impulsionar, com rigor, um levantamento completo de todos quantos estejam a serviço da administração civil federal, a qualquer título, sob qualquer forma ou fundamento, não só para obter elementos sobre a situação real no momento presente — quanto ao número de servidores em exercício e quanto as funções ou serviços que executam — mas também para regularizar e estabilizar, tão rapidamente quanto possível, o enorme contingente de pessoal ora sem situação definida nos quadros da Administração e que necessita de estabilidade e segurança, para poder trabalhar em condições de produtividade e eficiência.

Paralélamente, é preciso transformar a função pública numa verdadeira carreira, com perspectivas e horizontes promissores. É preciso criar estímulos ao rendimento e à produtividade. É preciso corrigir distorsões salariais. É preciso que o serviço público não permaneça, no mercado do trabalho, na situação inferiorizada em que se encontra. Para citar, apenas, dois exemplos, quero lembrar a situação dos quadros federais no que tange aos médicos sanitaristas. Num país em que as condições sanitárias são ainda tão precárias; em que grassam endemias das mais sérias; em que a mortalidade infantil tem índice dos mais altos — o número de sanitaristas a serviço do Ministério da Saúde, é manifestamente exíguo e as dificuldades para recrutamento de novos técnicos são quase insuperáveis, sendo raríssimos os atos de admissão que tem sido possível levar a efeito nos últimos anos.

Outro exemplo: — recentemente o D.A.S.P. concluiu o concurso para Oficial de Administração, que é cargo de nível médio, de bastante relêvo. De sessenta e poucos candidatos habilitados que foram nomeados para o Ministério da Saúde talvez não se tenha apresentado para tomar posse dos cargos conquistados em prova pública, nem a metade dos convocados. Isto é uma demonstração evidente de que o serviço público, não tem mais os atrativos que deveria ter e de que continuará privado dos elementos indispensáveis ao bom desempenho das suas funções, a menos que se cogite do problema com seriedade.

Para finalizar, desejo registrar que todos que me conhecem, através de trinta e cinco anos de atividades, sabem que não me assusta o trabalho, mas, por minha vez, sei que, por melhores

que sejam as intenções de um programa de trabalho, êle não será realizável com esforço individual, sem a contribuição de uma equipe bem coordenada em seus propósitos e atividades. Assim sendo, para que seja viável a execução de um programa construtor, dirijo veemente apêlo não só ao corpo de auxiliares e colaboradores do D.A.S.P. mas aos servidores públicos civis da União, em geral, no sentido da exata compreensão das suas responsabilidades, no grave momento histórico que estamos vivendo. Não é possível que a obra de reconstrução nacional seja feita marginalizada da administração. É por intermédio da máquina do Estado que ela tem de se processar. Os servidores públicos têm de estar cônscios dessas responsabilidades; têm de desempenhá-las com patriotismo, com devotamento e com espírito público. Faço, pois, êsse apêlo de coração, a todos os companheiros, servidores do Estado, sem distinção de classes ou categorias, solicitando-lhes um voto de confiança no Govêrno da República que, embora dedicado à tarefa de saneamento das finanças nacionais e ao combate à inflação, não está desatento aos problemas e às justas aspirações do funcionalismo, mas necessita da integral e dedicada cooperação dêste para o funcionamento regular dos serviços públicos e constante aperfeiçoamento da Administração. Confio em que me não faltará o incentivo e a coadjuvação de todos, para o bom desempenho das árduas funções e responsabilidades que, neste momento, assumo.